

A IMPLANTAÇÃO DO NÚCLEO DE ESTUDOS AFRO-BRASILEIROS E INDÍGENAS NO COLÉGIO PEDRO II: UM DIÁLOGO COM ARTHUR BAPTISTA

Entrevistador: Rogério Cunha de Castro¹

Entrevistado: Arthur Baptista²

Rogério Cunha de Castro: A presente entrevista trata do processo de implantação do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI) no Colégio Pedro II. Nela, abordamos um pouco do cotidiano desse tradicional colégio federal, cuja trajetória se confunde com a história da educação no Brasil.

Fundado em 1837, ainda durante o Período Regencial, o Colégio Pedro II serviu como instituição de ensino dedicada à formação dos quadros que deveriam compor a burocracia do Estado Imperial, atuando ainda como modelo pedagógico para as demais escolas do Império³. Com a Proclamação da República, permaneceu funcionando

com o nome de Ginásio Nacional, até que o presidente Hermes da Fonseca, que frequentou seus bancos escolares, restituiu sua designação original em 1911⁴.

Durante o século XX, o Colégio Pedro II manteve seu nome ligado aos diferentes âmbitos da trajetória republicana, contando, entre os integrantes da sua comunidade escolar, nomes como Joaquim Nabuco, Euclides da Cunha, Washington Luís, José Rodrigues Leite e Oiticica, Afonso Arinos de Mello Franco, Agenor Miranda, Manuel Bandeira, Mário Lago, Luiz Fux, Arnaldo Cezar Coelho e Arlindo Cruz.

¹ Doutor em Educação pelo PROPED-UERJ e professor titular do Colégio Pedro II, onde leciona no ensino básico e nos cursos de graduação e pós-graduação.

² Professor do Colégio Pedro II, Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI).

³ Fundado durante a regência de Pedro de Araújo Lima (Marquês de Olinda) aos 02 de outubro de 1837, data em que se celebrava o décimo segundo aniversário do Imperador D. Pedro II, o antigo Seminário de São Joaquim foi transformado no Imperial Colégio Pedro II a partir de um projeto realizado por Bernardo Pereira de Vasconcelos, então ministro da Justiça. No contexto do Império, o Colégio Pedro II cumpriu, ao lado de outras instituições relacionadas ao campo da cultura, funções relativas à construção de uma “identidade nacional” consoante aos interesses do estado Imperial.

⁴ Na perspectiva de afirmar o novo regime, a campanha republicana rejeitou símbolos e nomenclaturas que evocavam os tempos do Império. Dessa maneira, o Colégio Pedro II, intimamente vinculado à figura do monarca deposto, foi rebatizado com o nome de Ginásio Nacional. Com a consolidação do regime republicano e na intenção de atender uma demanda da comunidade escolar, o presidente Hermes da Fonseca restituiu sua denominação original.

Atualmente o Colégio Pedro II integra a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, funcionando como um Instituto Federal cuja finalidade deve contemplar a oferta de iniciativas nos campos do ensino, pesquisa e extensão. Contudo, podemos observar, tanto pelas circunstâncias que orientaram a fundação do colégio quanto pelo efetivo de personalidades que participam diretamente da sua história, que sua comunidade negra, ainda que presente em todo o período de funcionamento da instituição, ainda encontra dificuldades para superar preconceitos que penetram no espaço escolar.

Nesse sentido, o processo de implantação do NEABI no Colégio Pedro II permanece em desenvolvimento, atestando as dificuldades da parcela negra daquela comunidade em fazer valer a efetivação das leis 10.639 e 11.645⁵. Para tratar do contexto em que opera a implantação do NEABI no Colégio Pedro II,

conversamos com o professor Arthur Baptista.

Na condição de integrante do departamento de História do Colégio Pedro II desde 1994, o professor Arthur Baptista coordena atualmente a equipe desse departamento no Campus Centro, lecionando no ensino básico e no curso de especialização em ensino de História da África. Além disso, oferece regularmente um requisitado curso de extensão sobre a mitologia Yorubá.

Em nossa conversa, colhida no Campus Centro em 2017, além das circunstâncias que envolvem o estabelecimento do NEABI no Colégio Pedro II em 2013, Arthur Baptista aborda outros temas, tais como as dificuldades enfrentadas pelos servidores e estudantes negros na construção da igualdade, o significado das políticas afirmativas no âmbito educacional e o legado do professor Agenor Miranda⁶, docente do colégio e um dos mais celebrados babalaôs⁷ da sua geração.

⁵ Editadas, respectivamente, nos anos de 2003 e 2008, as leis 10.639 e 11.645 estabeleceram a obrigatoriedade do ensino de História e culturas africanas e indígenas em escolas públicas e privadas do Brasil e aprimoraram o debate sobre os desafios que sua instituição proporciona para Secretarias, organizações e entidades de ensino, além dos educadores brasileiros.

⁶ Professor de latim do Colégio Pedro II, Agenor Miranda Rocha (1907-2004) foi iniciado no Candomblé aos cinco anos de idade, tornando-se um dos mais respeitados babalorixás. Sua trajetória pode ser observada tanto em “Caminhos de Odu” (obra publicada pela Editora Pallas em 1999 e que reúne escritos revisados pelo mestre em 1998) quanto em “Um vento sagrado”, livro de autoria do professor Muniz Sodré que inspirou o filme homônimo de Walter Lima (Brasil, 2001, 93 minutos).

⁷ Sacerdote do culto de Ifá.

Com a palavra, o professor Arthur José Baptista, um professor “consequentemente e impertinentemente negro, no sentido de guardar, valorizar e compartilhar nossa herança”:

Rogério Cunha de Castro:

Professor Arthur Baptista, quem foi Agenor Miranda e qual o sentido de iniciarmos uma conversa sobre o NEABI do Colégio Pedro II a partir da biografia desse docente?

Arthur Baptista: O professor Agenor Miranda foi um homem muito importante na história do Candomblé no Brasil. Ele era herdeiro de uma longa tradição que, no Candomblé, permanece reservada aos chamados Oluôs. Oluô significa “pai do segredo”, que hoje chamaríamos de babalaô. Então, o professor Agenor sempre teve uma vida dupla aqui no Colégio Pedro II. Durante o dia ele era o professor de língua portuguesa, mas ao chegar em casa, sobretudo nos finais de semana, dava consultas na qualidade de babalaô. Babalaô é aquele que manipula os búzios, aquele que manipula o jogo de Ifá.

Na concepção de mundo dos Yorubá, tudo que pode acontecer com você já aconteceu com alguém. Portanto,

a maneira mais provável de saber o que vai acontecer contigo é saber todas as histórias de todas as pessoas que já viveram nesse mundo. A concepção do tempo entre eles não é linear, é cíclica, e todo esse conhecimento ancestral africano, o professor Agenor Miranda possuía. Aqueles que conviveram com o professor Agenor sabiam dessa vida dupla. Essa vida “no santo”, por assim dizer. Vida que ele nunca assumiu publicamente. Segundo esses testemunhos de época, ele sempre foi um professor muito tradicional, dentro daquilo que se entende por “tradicional” no Colégio Pedro II.

Penso que cultivar a memória do Agenor Miranda é resgatar uma dívida secular que esse colégio tem com aquilo que chamamos hoje de “outros saberes”. Saberes tradicionais, não europeus. Basta lembrarmos que, em África, para se tornar babalaô você precisa de um esforço de memória sobre-humano. Afinal, é o babalaô aquele que detém, não só os signos do jogo de Ifá⁸, mas todas as histórias relacionadas com esses signos. Nós podemos pensar nos signos de Ifá como os signos do zodíaco. Então o babalaô sabe que, aquele dia e aquela hora em que você nasceu fazem com que você seja regido por um signo de Ifá.

⁸ Oráculo africano empregado pelas religiões de matriz africana e que permite a comunicação com os Orixás.

Como no zodíaco, você terá características do seu Odu⁹, que irão te acompanhar durante sua vida toda. Imagine alguém que precisa ter na memória ao menos 256 possibilidades de acontecimentos e, para cada uma dessas possibilidades, várias histórias que indicam as razões daquela pessoa estar passando por uma dificuldade e como ela pode sair dessa situação a partir da troca ritual que, no Candomblé, é chamado de “Ebó”¹⁰ ou “Trabalho”.

Agenor Miranda possuía essa sabedoria ancestral, essa técnica de memória, viveu aqui entre nós e, de certa forma, ocultou esse conhecimento do mundo acadêmico no Colégio Pedro II. Se essa escola conserva moldes academicistas hoje, como era no passado?

O Pedro II já teve grande influência na produção acadêmica. Hoje as universidades produzem para o ensino nas escolas, mas até a década de 1970, o Pedro II dialogava com a Universidade. Além disso, também eram muitos professores universitários, professores no Colégio Pedro II.

Resgatar a memória é fundamental em qualquer época, compreender os silêncios também. Acho

que o Colégio Pedro II mantém esse silêncio sobre a memória desse personagem tão importante que é o professor Agenor Miranda.

Rogério Cunha de Castro:

Recordo que, certa vez, você mencionou a intenção de trazer para o Colégio Pedro II o acervo do professor Agenor Miranda. Poderia falar sobre isso?

Arthur Baptista: Desde que entrei no Colégio Pedro II, no início dos anos 1990, entendi que tipo de escola nós temos, que tipo de tradicionalismo pedagógico nós encontramos aqui. Considero que há um lado interessante nessa tradição, preche de possibilidades de mudança, de inovações pedagógicas.

Essa tradição de cultivar a memória de antigos professores é muito forte aqui. É uma instituição que preza por ter um museu e por ter sido o lugar onde vários ex-presidentes estudaram. Uma escola que homenageia memórias de professores, considerados, ilustres. Temos aqui, na biblioteca histórica, acervo de ex-professores da casa, como

⁹ Conceito de origem Yorubá relacionado ao que há de particular no destino de cada indivíduo. Todavia, o Odu remete a um conjunto mais amplo de experiências humanas.

¹⁰ No candomblé, constitui uma oferenda para um Orixá.

o professor Antenor Nascentes¹¹, entre outros. Uma espécie de retribuição a tudo o que Antenor Nascentes fez.

Mas o Pedro II guarda apenas a memória daqueles que a instituição entende conveniente guardar. Então temos memórias que “devem” ser cultuadas e outras que “devem” ser solenemente esquecidas.

Trazer o acervo do professor Agenor Miranda será um reconhecimento tardio da escola. Um reconhecimento tardio de um homem que, pelos testemunhos reunidos no documentário sobre sua vida e obra, que procuro sempre exibir em nosso curso sobre a mitologia Yorubá, foi um professor exemplar. Consideremos que não é fácil lecionar em um colégio por cerca de quarenta anos, mantendo sempre a postura de um professor tradicional.

O Agenor Miranda cumpriu sua obrigação pedagógica com o colégio. Porém, temendo ter razão, penso que esse “apagamento” seja proposital. Trazer seu acervo e incorporá-lo à biblioteca histórica, ou homenagear o professor Agenor Miranda, dando a ele o nome de uma biblioteca, seria um reconhecimento necessário e tardio.

Caso esse projeto não vingue, que pelo menos a biblioteca do NEABI possa se chamar Agenor Miranda, numa homenagem a esse grande intelectual orgânico; no sentido da palavra.

Muito antes dos antropólogos estudarem os rituais do Candomblé como observadores “de dentro”, na qualidade de pesquisadores envolvidos com seu objeto de pesquisa, o professor Agenor Miranda já fazia isso, conhecendo muito bem o Candomblé.

Rogério Cunha de Castro:

Você mencionou que o professor Agenor ocultou da comunidade acadêmica essa dimensão religiosa da sua vida. Hoje, enquanto implicações da lei 11.645, vivemos a implantação do NEABI, do curso de extensão sobre a mitologia Yorubá, que você ministra, além de uma especialização em ensino de História da África. Numa comparação entre a época do professor Agenor (meados do século XX), e o tempo presente, o que mudou no cotidiano escolar para a parcela negra da nossa comunidade?

Arthur Baptista: Eu costumo dizer para os alunos que o Pedro II sempre foi um colégio público, mas não necessariamente popular. Ser um colégio

¹¹ Antenor de Veras Nascentes (1886-1972) foi um estudioso da língua portuguesa, autor de diversas obras sobre filologia e etimologia, entre as quais se destaca o “Dicionário etimológico da Língua Portuguesa”, publicado em 1932.

público não significa ser popular, sobretudo se considerarmos que o colégio foi fundado numa configuração social em que a educação não era considerada como parte de uma formação republicana e universal. Nunca investimos na educação o que deveríamos investir, enquanto parte de um projeto de Nação. Temos um povo expectador do processo político, tanto em sua fundação quanto em sua condução.

A educação é um meio de promoção da igualdade, ao menos formal, entre as pessoas. Os pobres, os oriundos das classes populares e os negros sempre ocuparam um lugar no Pedro II. Não é incomum encontrar, nos antigos quadros de formandos que adornam os corredores do Campus Centro, a presença de um ou dois alunos negros. A presença do negro no Pedro II não é recente. Claro que, recentemente, nós tivemos um ingresso maior de estudantes negros.

De fato, o colégio se popularizou. Segundo o antigo reitor [Wilson Choeri], popularização “rimava” com a entrada de negros no Pedro II. Ele dizia que foi responsável pelo “amorenar” da escola. Que a escola ficou muito mais “morena” depois da sua gestão. Isso remete a uma espécie de “bondade” das nossas elites intelectuais.

Ao mesmo tempo, os últimos dez anos foram muito férteis nessas experiências. Não apenas na presença de alunos negros aqui, mas na organização de coletivos de alunos negros, de coletivos de professores interessados no cumprimento da Lei 11.645. O próprio NEABI representa essa demanda; essa luta. O NEABI surgiu num momento em que a lei completava dez anos e eu acho muito tardio para um colégio federal, como o Colégio Pedro II, levar dez anos para colocar em prática um só aspecto da lei. Afinal, a criação de NEABI’s era prevista desde 2004 por meio das diretrizes que colocavam em prática a Lei 10.639.

Mas o Pedro II demorou, e ainda demora, para incorporar a temática afro-brasileira e africana no currículo tal como deve ser incorporada. Não é só falar de África, contar a história do continente, coisa que nós ainda não fazemos hoje, mas principalmente entender que reconstruímos a África no Brasil. Qual é a contribuição da cultura africana na formação da cultura brasileira? Não na perspectiva da década de 1930, da fábula das três raças, da contribuição do negro no folclore brasileiro. Não! Estou me referindo àquilo que diz respeito aos valores civilizacionais africanos. Naquilo que tornou possível a vida nos trópicos.

Aquela sabedoria que torna a vida adaptável aos trópicos que o elemento europeu não tinha. Sem o conhecimento dos índios, sem o conhecimento dos africanos a “América” seria uma empreitada impossível!

Trato aqui, portanto, dessa força civilizatória que é o cerne da Lei 11.645/2008, dessa capacidade de inventividade em meio à adversidade, que é tão africana quanto herança dos nossos ancestrais indígenas. Falo de valores de convivência, da ideia do “bem viver”, que o europeu não tem. A ideia da ausência da propriedade privada, de uma sociedade mais fraterna, menos desigual. Costumo dizer aos meus alunos que esses não são valores europeus, são valores ameríndios, são valores africanos. Aliás, indígenas e africanos deram aos brasileiros aquilo que temos de melhor! Não essa tradição do Estado autoritário, essa tradição do patrimonialismo, essa tradição de se apropriar do bem público.

Rogério Cunha de Castro: Você mencionou os avanços no âmbito das políticas afirmativas nos últimos dez anos. Entretanto, nos últimos meses, o Estado Brasileiro parece retroceder nesse campo. Qual a importância da autodeterminação dos movimentos sociais e do NEABI, enquanto parcela do

movimento social, para que consigamos preservar o que foi conquistado? Aliás, conseguimos alcançar esse grau de maturidade?

Arthur Baptista: Existem algumas armadilhas em que caem os movimentos sociais quando são cooptados pelo Estado. Algumas armadilhas frequentes...

O movimento negro caiu, nos últimos anos, na era dos governos do Partido dos Trabalhadores, nessas armadilhas. Se por um lado algumas demandas do movimento foram atendidas, dentro dos limites que o Estado burguês oferece para as demandas das classes subalternizadas, por outro o movimento perdeu muito da sua espontaneidade, da sua organicidade e da sua capacidade de mobilização para a luta. Parece que a experiência de governo do PT “domesticou” os movimentos. É um preço que se paga pelo reconhecimento institucional do movimento.

A criação do NEAB no Pedro II foi um fenômeno análogo. Naquele momento, para o então Diretor Geral do colégio [Wilson Choeri], criar o NEAB era a resposta institucional para uma demanda legal que o colégio não havia cumprido em dez anos de vigência da lei.

De acordo com minhas pesquisas, a Secretaria de Ensino fez uma única referência à Lei 10.639 em suas reuniões ordinárias com os chefes de departamento. A exceção desse informe, em nenhuma outra reunião aparece nova menção à Lei. Ou seja, a escola tomou conhecimento da Lei, exatamente no ano e no mês que a Lei foi editada, mas não promoveu, de imediato, mecanismos para que fosse implantada. Nesse sentido, a escola não criou o NEABI para ser um núcleo de militância. Criou o NEABI para ser um núcleo de pesquisa. Só que o NEABI acabou sendo gerenciado por pessoas que não conseguem separar a militância da produção intelectual.

Acho que o momento de maior tensão entre aqueles que militam no NEABI e a escola, enquanto instituição, ocorreu na sequência do episódio de racismo no Campus Humaitá. Na ocasião, a coordenadora do NEABI foi inquirida pelo chefe de gabinete da reitoria sob a alegação de que ela não poderia estar numa manifestação por ocupar um cargo de confiança. Portanto, ela teria que escolher entre ser uma militante ou uma pesquisadora. Evidentemente, ela respondeu que não conseguia separar as duas coisas. Disse: “primeiro eu sou uma mulher preta, para depois ser uma pesquisadora e qualquer

outra coisa que o valha”. Como se vê, sempre há uma armadilha pronta para cooptação.

Rogério Cunha de Castro: Não é incomum ouvirmos dizer que o Brasil é o país da telenovela. Talvez seja mais adequado afirmar que somos o país do melodrama. Melodrama enquanto narrativa que auxilia o senso comum a formular sobre a realidade. Entretanto, talvez o melodrama ajude mais a fabular do que a compreender a realidade. Em compensação, nos acalanta e permite que pensemos que as coisas talvez não estejam tão difíceis ou ruins quanto parecem. Faço essa introdução para abordar um fato recente que, se não remete diretamente ao melodrama, ao menos “flerta” com sua estética. Refiro-me ao episódio em que a ministra dos direitos humanos, Luíslinda Valois, mencionou ser o presidente Temer o “padrinho das mulheres negras”. Como essa afirmação impactou no movimento negro?

Arthur Baptista: Eu lembro das lições do mestre Roberto da Matta nesse momento, mais especificamente suas tentativas de explicar o Brasil, o que nos faz ser como somos. Ele remete ao conceito de “sociedade relacional”, uma sociedade onde nem sequer o princípio de democracia burguesa foi consolidado.

Não adianta esperar... Nossa vocação não é a igualdade!

Nossa sociedade foi construída e funciona na lógica da “sociedade relacional”. Tudo depende dos “amigos” que você tem, das “relações” que você tem, dos “padrinhos” que você tem. Parece que a revolução burguesa não ocorreu no Brasil, nem em nível político, nem em nível ideológico. Somos uma história de revoluções abortadas...

Luislinda Valois¹² não torceu a realidade, embora ela não tenha contribuído em nada para o empoderamento e para a autoestima das mulheres negras e o movimento negro como um todo.

O movimento negro nunca foi devedor dessas figuras; muito pelo contrário! Essas figuras sempre jogaram contra a construção de uma sociedade sem racismo. Sempre jogaram a favor de uma sociedade desigual! O racismo é o mecanismo mais importante na manutenção da desigualdade.

Desiguais como somos, quase que por vocação, o racismo é a principal dessas desigualdades. Ele engendra outras desigualdades e, no Brasil, ele não é apenas um subproduto do Capitalismo. O racismo aqui é muito mais do que isso.

Dessa maneira, a fala da ministra é compreensível dentro do quadro mental do que é ser brasileiro, mas é profundamente pernicioso no que se refere à manutenção dessas estruturas, muito paternalistas, que herdamos não só da formação da República como de toda nossa formação social. Toda nossa história!

As mulheres negras não precisam de padrinhos. As mulheres negras já deram mais do que demonstração de que estão sozinhas, sempre estiveram sozinhas, exercendo uma função de manutenção dos lares, do casamento, da manutenção econômica do lar; não é? Isso numa condição extremamente desigual em relação às mulheres brancas! Estão aí os indicadores econômicos à disposição de quem quiser consultar. Não temos como fechar os olhos em relação a isso.

Rogério Cunha de Castro: O professor José Pacheco, famoso por sua colaboração com a Escola da Ponte, propõe que um professor será sempre o maior aliado de outro professor. Porém, ainda de acordo com Pacheco, o maior entrave para um professor progressista será seu colega satisfeito com a atual estrutura do sistema educacional.

¹² Nascida em Salvador no ano de 1942, atuou na magistratura entre os anos de 1984 e 2011, ano da sua aposentadoria como desembargadora do Tribunal de Justiça da Bahia. Em 2017 tomou posse como Ministra dos Direitos Humanos do governo de Michel Temer.

Pensada no contexto da implantação do NEABI, aqui no Colégio Pedro II, essa afirmação encontra sentido?

Arthur Baptista: Todo sentido! Costumo dizer que somos reféns de uma visão de história. Fomos capturados por ela e devemos isso à nossa formação acadêmica. Aliás, muito influenciada pelo Marxismo. O Marxismo é uma grande síntese eurocêntrica. Até mesmo os colegas que possuem a mente mais aberta, mais reflexiva, encontram dificuldade em entender o Marxismo como eurocentrismo. Como uma das grandes narrativas que o Ocidente produziu além daquelas que estamos bem acostumados. O Cristianismo é uma grande narrativa. O Marxismo também é. Não da mesma natureza, mas é uma “grande explicação”, uma “grande receita de bolo”, numa definição diante da qual muitos, ainda hoje, “torcem” o nariz.

De fato, somos prisioneiros de uma ideia de História, de uma concepção do que é História. Isso impacta de forma negativa nas tentativas de modificar os currículos. Como mudar um currículo que acreditamos estar correto, uma vez que acreditamos que essa é a maneira certa de “contar” a história? A conquista

que deu algum “acalanto” aos professores que se insurgiram contra a última proposta do currículo nacional, a Base Nacional Curricular¹³, foi o compromisso já acertado com o governo de que a história vai continuar sendo “ensinada” de forma linear e cronológica. Isso deu um alívio para muitos “lobbys” que existem. Sabemos que as Universidades possuem “lobbys”. O “lobby” da história medieval, fortíssimo, como “descendentes” dos gauleses que somos... [risos].

A história antiga é muito importante. Todas as histórias são muito importantes, mas o que eu vi nos últimos meses foram “ilhas de lobbys” universitários pressionando o governo para manter o currículo com a essência que possui. Não precisamos de uma “base” para mudar o currículo, pois ele é formado por uma estrutura da qual não queremos abrir mão. Eu posso compreender o “lugar” de onde vem isso. Posso compreender o sentimento que move o meu colega que não quer abrir mão da história antiga, medieval, moderna e contemporânea.

É difícil abrir mão de temporalidades....

Mas se quisermos entender a perspectiva da transculturalidade,

¹³ Referência nacional para a elaboração de materiais didáticos, currículos e propostas pedagógicas da Educação Básica.

precisamos abrir mão de temporalidades. A transculturalidade é diferente do multiculturalismo. Ela pretende construir narrativas a partir de várias visões diferentes. A transculturalidade pretende romper com o universalismo da cultura europeia.

Não é possível que nossos colegas continuem acreditando que a história “parte” da Europa e se encerra ali. Então todos os destinos da humanidade estão encerrados num continente que representa, geograficamente, quatro por cento do planeta. É muito curioso!

Rogério Cunha de Castro: As cotas promovem a formação de arquitetos, professores e médicos negros. Mas necessitamos muito mais do que isso. Precisamos de profissionais negros envolvidos com o movimento social. A oferta das cotas, como está posta, contempla essa necessidade? Consegue engajar os estudantes que ingressam na universidade, por esse sistema, na luta?

Arthur Baptista: Essa reflexão é muito boa e necessária. Se por um lado as cotas abrem possibilidades para que aumente o número de profissionais negros e, proporcionalmente, a classe média negra, elas não garantem que essa

classe média negra tenha um compromisso com aquilo que chamamos de ancestralidade; de representatividade. O mercado possui estratégias interessantes de cooptação. Não adianta formar mais negros engenheiros e médicos se eles se comportarem como não negros. Como se não tivessem nenhum compromisso com esse embate que é a luta antirracista no Brasil.

A perspectiva que se inclui nessas pessoas ainda é uma perspectiva de mercado. Uma das grandes diferenças da luta dos negros no Brasil e nos Estados Unidos, por exemplo, está no fato de que nos EUA o povo negro chega como comunidade à universidade, não como indivíduo. Então temos aí um dado que muito nos impressiona. Pense você que em 1888, ano da abolição, ano em que William Du Bois¹⁴ estava se formando pela primeira vez, esse grande intelectual negro americano, os Estados Unidos já possuíam 45 Universidades negras. No ano da nossa abolição! Consideremos que nossa primeira grande Universidade é da década de 1920, período em que os EUA contavam com 60 faculdades negras.

Não foram as cotas nos EUA que criaram a classe média negra. As cotas

¹⁴ William Edward Burghardt Du Bois (1868-1963) foi um intelectual e acadêmico norte-americano, autor de diversas obras, que dedicou sua trajetória à luta pela igualdade racial.

abriram um caminho para que essa classe média tivesse acesso aos postos que não possuíam antes. Foi a educação que abriu as portas da promoção da comunidade negra. As cotas americanas são tardias, datam da década de 1960. Mas você tem médicos negros americanos muito antes disso. Tem engenheiros negros formados em instituições superiores americanas. Veja que cidadania tardia é a nossa, não é?

Com certeza as cotas são necessárias. Absolutamente necessárias! São meios de produzir equidade em sociedades desiguais, mas não garantem a formação de uma classe média negra consciente daquilo que chamamos de “negritude”. Você pode apenas formar novos profissionais com uma tonalidade diferente em sua cor de pele. Numa sociedade como a nossa, muito influenciada pela ideologia do “branqueamento”, não só o dinheiro pode “branquear”, mas o diploma também.

Penso que movimentos, como o movimento do Frei Davi de pré-vestibulares populares, que fazem com que os meninos entrem nas Universidades sem esquecer de onde vieram, são muito importantes. Ensinar aos meninos que eles continuarão negros, mesmo após a Universidade. Que não poderão apresentar seus

diplomas quando forem parados nas ruas, que não haverá tempo... É muito importante!

Então chegar lá é chegar como comunidade, não como indivíduo. Como indivíduo você é absorvido pelo mercado, mas como comunidade você vai fazer a sociedade pensar quem é você.

Rogério Cunha de Castro: Diz-se que, na escola, aprendemos muito mais “os” professores do que os conteúdos que oferecem. Se essa afirmação procede, o que nossos estudantes brancos precisam aprender “nos” poucos professores negros que possuem?

Arthur Baptista: Eu costumo dizer que durante boa parte da minha trajetória profissional no magistério, como militante, a gente sempre discutiu muito qual o sentido da nossa “negritude”. Nos últimos anos, agora, tenho pensado de maneira inversa. Ou seja, o que me interessa hoje é discutir o que é a “branquitude”. Quais são as vantagens simbólicas e reais que os brancos possuem em relação aos negros. Como utilizam e se valem delas, consciente ou inconscientemente, nessa grande “máquina” de exclusão que é a nossa sociedade.

Como os brancos lidam com seus privilégios, privilégios dos quais não querem abrir mão, que defendem coletivamente numa espécie de “narcisismo branco”. Repare, por exemplo, como discutir a escravidão em sala incomoda os estudantes negros, mas incomoda igualmente os alunos brancos por outros motivos.

Os alunos negros se percebem enquanto alvo cotidiano do racismo. O aluno branco quer acreditar que racismo não existe! Afinal ele é garantidor de muitos privilégios que esses meninos possuem, e sabem que possuem, desde pequenos. Eles sabem que a mãe deles não precisa ter a preocupação que a mãe do seu coleguinha tem, por serem negros.

Os meninos brancos precisam aprender. Eu acho que é importante, na construção de uma sociedade mais igualitária, que eles entendam que podem abrir mão desses privilégios. Que tenham a consciência desses privilégios e, ao menos, pensem nos privilégios que possuem para que tentem construir uma sociedade que seja menos baseada no privilégio e mais baseada no princípio da igualdade.

Não se combate o racismo apenas com negros. Assim como não combatemos o machismo apenas com mulheres. Interessante que o machismo não é um problema que parte das

mulheres. Elas são vítimas! O machismo é um problema que parte dos homens. Nós temos que incorporar a luta anti-machista. Lembro muito da Chimamanda Ngozi Adichie, num livrinho em que escreve: “sejam todos feministas!”

Não temos saída. Quem criou o machismo não foram as mulheres, assim como quem criou o racismo não fomos nós ao falarmos dele em sala de aula. Não é? O silêncio é o maior aliado do racismo e da perpetuação dos privilégios. Os meninos brancos devem olhar para o professor negro e entender que há espaço para a convivência. Há espaço para o aprendizado. Devem perceber que podem ter acesso a uma cultura que não é exatamente aquela a qual conhece e está acostumado.

O “espírito da lei”, lembrando de Montesquieu, das leis 10 e 11, não é contemplar somente os alunos negros em sala de aula. É contemplar também os alunos brancos ao acesso a uma cultura que ele não possui e é patrimônio universal. É tão importante aprender os conteúdos das culturas indígena e africana quanto é importante conhecer a música europeia. Não temos problema em pensar Bach como um compositor universal. Por que não pensamos Pixinguinha como compositor universal, assim como Carlos Gomes era e provou ser?

Rogério Cunha de Castro:

Gostaria apresentar um pequeno trecho de Paulo Freire, para que possamos refletir sobre a nossa capacidade de resistência. Escreveu Paulo Freire em “Pedagogia da Autonomia”: “O que a humildade não pode exigir de mim é a minha submissão à arrogância e ao destempero de quem me desrespeita. O que a humildade exige de mim, quando não posso reagir à altura da afronta, é enfrentá-la com dignidade. A dignidade do meu silêncio e do meu olhar que transmitem o meu protesto possível”. Com base nisso, qual o nosso “protesto possível”? Alcançamos nosso protesto possível? Temos condições de ultrapassar nossos limites atuais?

Arthur Baptista: Nosso sistema educacional, já multissecular, nos acostumou a criar uma pedagogia da submissão. Uma pedagogia do silêncio e da submissão. As relações sociais no Brasil são tão iníquas, tão desiguais, tão espantosamente desiguais, que produzimos gerações e gerações de pessoas introspectivas; caladas. Certamente, muito mais entre a população negra. Falar para o negro é rebeldia, na “raiz” da palavra. É ser radical!

Lembro muito das expressões que Fanon utiliza em sua obra. Nossa

identidade não foi construída por nós mesmos. Não existiam negros na África antes da chegada dos europeus, como não existiam índios na América antes da chegada dos europeus. Foram identidades objetivadas por um olhar “de fora”. Então, na educação europeia o “lugar” do aluno, do “sem luz”, é o não falar. É a educação para a submissão, para a conformidade e o silêncio.

Penso que não há saída, se não o nosso protesto cotidiano. Não há saída senão o “viver”. Viver é constantemente se rebelar, falar, verbalizar à nossa maneira. Uma maneira que não é essencialmente europeia. Nós não temos o direito, não temos o privilégio de calar. Os brancos possuem o privilégio de ficar em silêncio.

Quando encontro um amigo judeu que diz ser tão discriminado quanto eu, imagino que ele pode calar sua condição para não ser discriminado. Eu, por outro lado, não posso calar minha condição. Tenho uma imagem “colada” em mim. Paulo Freire nos mostra uma pedagogia outra, do não silêncio, uma pedagogia que se “inconforma”.

Acho que não temos muitas escolhas. Nossa profissão nos leva a essa condição de afirmar o ser, sempre! Lutar, sempre! Contra toda ideologia que nos conforme ao “não ser”, ao “silenciar”, ao

“obedecer”. Seja ao patrão, seja ao partido ou o líder religioso. A igualdade pode ser uma grande utopia no ocidente, mas na verdade não precisa, necessariamente, ser. A liberdade é um patrimônio que temos e não podemos abrir mão. Lembro de Ki-Zerbo que, em conversava com seus colegas europeus, dizia: “mas para quando a África?”

Por outro lado, eu diria: “mas para quando a história da África?” Para depois da Revolução? Quando a Revolução acabar com o racismo? Aí sim, falaremos em história da África? Ou não precisamos mais falar dela, como argumentavam aqueles que moravam em Argélia, antes do fim da dominação francesa: “Nós que somos herdeiros. Nós que somos descendentes dos gauleses.” Os argelinos se diziam descendentes dos gauleses. Tinham incorporado, por conta da educação francesa, que eram “parte” daquele patrimônio.

Não! Eu não quero ser parte desse patrimônio. Eu reivindico outro!

Rogério Cunha de Castro: Pela terceira vez, o Colégio Pedro II oferece um curso de extensão em mitologia Yorubá e alcança uma procura expressiva. Cerca de vinte candidatos cada uma das suas cinquenta vagas. Como definir o professor que ministra esse curso? Além disso, ainda na

perspectiva dessa conversa sobre uma “memória do que vivemos”, que lembrança você gostaria de partilhar?

Arthur Baptista: Sempre é complicado falar sobre nós mesmos. Não penso nos elogios que posso fazer a mim mesmo... Na idade em que estou, penso muito, talvez, em como quero ser visto; lembrado. Eu gosto de compartilhar, gosto de enxergar no olhar do aluno o brilho de descobrir e compreender, de encontrar sentido em algo que nunca havia percebido. Esse momento mágico, esse momento da descoberta; de “sacção”. Essa magia não tem preço. Esse momento da descoberta do “lugar” dele no mundo. Momento em que se situa como ser histórico, que assume responsabilidades com a transformação. Isso é muito bacana. Fico realizado com isso. Em proporcionar descobertas que, normalmente, eles não teriam na escola se eu fosse outro professor.

Eu acho que os estudantes encontram comigo perspectivas de mundo que, normalmente, não teriam com outros professores. Afinal de contas, somos diferentes. Mas ocorre que faço questão de ser, não por acaso, um professor negro. Um professor consequentemente e impertinente negro, no sentido de guardar, valorizar e compartilhar nossa herança. Reafirmar

toda a positividade dessa herança. Deixar que ele descubra que, o melhor que somos, está na contribuição do ameríndio e do africano. Disso que mais nos orgulhamos no país, que é o que somos. Nossa capacidade de sermos generosos, nossa capacidade de falar com quem não conhecemos, de dividir, mesmo naquele momento em que não temos para dividir.

Ainda que o Cristianismo seja uma religião, embora nascida na Ásia e na África onde se organizou o primeiro Cristianismo, é hegemonicamente europeia. Esses valores que parecem ser valores cristãos por “natureza”; não são. São valores tradicionais africanos e ameríndios. Esse dividir, repartir, compartilhar. A importância que ainda existe nas sociedades tradicionais de respeito aos mais velhos, de ouvir, da oralidade, são valores civilizacionais africanos dos quais eu não abro mão.

Como professor e como homem, não abro mão!

Difícil falar de nós mesmos...

Eu acabo sentindo falta de interlocutores. Não é nenhuma novidade. Temos poucos interlocutores. Parecemos estar na contramão de algumas coisas. Não falo somente como professor negro. Todos aqueles que pensam a educação numa perspectiva mais libertária, navegam na contramão da conformidade. Como você falou, estamos em tempos de conformidade.

Eu me espanto muito diante da conformidade da sociedade brasileira nesse momento. Essa conformidade que existe na sociedade, existe na escola. A escola não é transformadora por natureza. Não foi criada para ser transformadora, libertaria. Ela é conformadora, de nascença, de nascimento. Ela cria muitas possibilidades libertárias, mas não foi criada para isso. Eu acho que é isso.